

O declínio da interpretação e a contemporaneidade da psicanálise

Roberto Barberena Graña¹

Resumo

O autor procede a uma crítica da interpretação tradutiva, ou decifrativa, apontando sua natureza doutrinária e alienante, e defendendo o minimalismo da intervenção analítica como característica da contemporaneidade da psicanálise. Posteriormente, o autor critica a versão científico-tecnológica, que propõe um novo paradigma para o pensamento e a atividade clínica do analista contemporâneo, o qual retoma a metapsicologia e a hermenêutica privilegiando o formato histórico-genético-dinâmico da interpretação.

Palavras-chave: interpretação; decifração; indicação; presença; hermenêutica; metapsicologia; intersubjetividade; contemporaneidade.

Sobre ser/estar, testemunhar e intervir

Se a expansão desconstrutiva do campo reflexivo, discursivo, e por consequência operativo, da psicanálise contemporânea se viu sacudido por um acontecimento que assumiu a dimensão de escândalo, este consiste, sem dúvida, na perda progressiva do valor teórico/descritivo e da eficácia prático/operacional de um dispositivo até então considerado fundamental: a interpretação. A própria *démarche* freudiana teve como efeito imanente, e talvez inadvertido e mesmo indesejado, a progressiva despotencialização heurístico/pragmática de um saber pretendido acerca do significado que, em diferentes momentos, definiu a forma e orientou o sentido da ação clínica e terapêutica, conduzindo do método da hipnose ao método da pressão e, por fim, ao da associação livre.

Desde as primeiras décadas do século passado havia certo mal estar com os pressupostos teóricos e com o agenciamento clínico do trabalho psicanalítico que transparecia nos escritos, mais ou menos concordantes ou obedientes, dos primeiros colaboradores e discípulos do Mestre. Os mais inteligentes e criativos tendiam a conflitar desajeitadamente com os pressupostos freudianos, já que, se o desconforto intelectual era evidente, não se sabia, porém, como fazer frente à notável articulação lógica do pensamento de Freud e à coerência demonstrada entre o desenvolvimento da teoria e seus precipitados operacionais.

1 Membro titular da SBPPA. Doutor em literatura pela UFRGS.

Se os “desvios” de Jung, Adler e Rank foram, a seu tempo e justificadamente, apontados como derivações equívocas que se orientavam a outros campos e fins e se afastavam essencialmente dos pressupostos epistêmicos que definiam e delimitavam o campo de investigação da psicanálise, o mesmo não se observava no desenvolvimento teórico-clínico de Sándor Ferenczi. A percepção de Ferenczi de que algo havia de impróprio ou improcedente na construção do saber psicanalítico e na forma de operá-lo, seguida de algumas tentativas pouco exitosas de remodelá-lo (a técnica ativa, a análise mútua, a teoria da genitalidade etc.), mas conduzindo por fim a formulações maiores que estão na base da redescrição da teoria e do método clínico da psicanálise na contemporaneidade, como as adaptações da técnica para o tratamento de pacientes com patologias narcísicas ou “alterações do Eu” – os quais, segundo Freud (1937), não se beneficiavam do tratamento psicanalítico –, a necessidade de oferecer a determinados pacientes um ambiente protegido e confiável que oportunizasse a regressão e o reencontro com traumas primitivos e o aparecimento de formas mais verdadeiras e espontâneas de ser, a formulação das interpretações em linguagem apropriada ao nível regressivo e compreensivo do paciente, a importância da presença gentil, discreta, consistente e empática do analista (que contrastava com a instabilidade e violência do ambiente familiar traumatogênico), a utilização de recursos da análise de crianças para a comunicação com os pacientes regredidos, e muitas outras, impuseram-se silenciosas, mas decisivamente, atendendo as necessidades de revisão do método para ajustá-lo a um novo tempo e a um novo sujeito que manifestava o seu mal estar de forma notavelmente diferente². Ferenczi apontava, sobretudo, para a inevitabilidade – e mesmo a necessidade – da perda da aura clínica na qual se sustentava o exercício autoritário de um saber psicanalítico que protegia o analista do encontro vivo, espontâneo, autêntico – embora mediado pela transferência – com seu paciente, conduzindo-o a operar “tecnicamente” uma fria e distante impessoalidade espetaculizada numa afetada estereotipia comportamental.³

O que, mais que tudo, tornava-se evidente, então, era o desconforto com a ostentação de um conhecimento absolutizado que obscurecia a falta e elidia o lugar da ignorância no interior da relação analítica, o que Lacan incessantemente denunciou como sendo o grande patrocinador do encerramento do sujeito no imaginário. Aqueles que fizeram o melhor uso da leitura da obra de Ferenczi herdaram dele a dúvida, nada cartesiana, acerca das pretensões ingênuas do ego humano com vistas a um saber definitivo sobre aquilo que em essência o constitui. Ferenczi foi o pai do que se conhece e designa hoje como psicanálise intersubjetiva ou psicanálise vincular. Michael Balint assimilou por via direta (visto haver-se analisado com Ferenczi) a perspectiva ferencziana da análise e escreveu sua obra norteador por aqueles

2 Cf. Ferenczi, S. (1992).

3 Ferenczi, S. (1985).

princípios⁴. Winnicott e Lacan, de outra parte, são os autores que mais decisivamente influenciam o pensamento psicanalítico contemporâneo inspirado nessa vertente, e que conduziu a uma nova leitura de Freud com o uso dos óculos confeccionados por Ferenczi.

Com Ferenczi, Winnicott, Lacan, Balint, Kohut, uma nova categoria, de ressonância metafísico-filosófica, ganha importância na teoria e na clínica psicanalítica: o *ser*. Se Freud tinha todas as boas razões do mundo para evitar a referência a este conceito, pois era mister prevenir a contaminação da linguagem psicanalítica pela nomenclatura filosófica, sendo antes recomendável aproximá-la do discurso da ciência – a linguagem metapsicológica parece considerar essa exigência –, os freudianos originários (como Ferenczi) e os contemporâneos (como Lacan e Winnicott) souberam distinguir a psicanálise das *Naturwissenschaften*⁵ e estiveram mais à vontade para fertilizá-la interdiscursivamente servindo-se das contribuições ao conhecimento aportadas por áreas afins, como a filosofia, a linguística, a antropologia, a sociologia e a teoria literária.

As obras de Kant (o filósofo por trás do cientista Freud), Hegel, Kierkegaard, Nietzsche, Husserl, Heidegger e, mais recentemente, Sartre, Merleau-Ponty, Deleuze, Derrida, Barthes e Blanchot farão transversalidade no discurso psicanalítico que hoje veiculamos, elíptica ou expressamente indicadas. A reconsideração pós-freudiana da noção de *ser*, orientará agora a atenção do analista para as circunstâncias subjetivas, ambientais e relacionais nas quais o seu si-mesmo (*self*) e o do paciente fazem presença viva na produção do acontecimento ao qual nos referimos como *relação analítica*.

O ser é, não obstante, presença, e este é o ponto onde a crítica derrideana (1967) da metafísica da presença falha em contribuir para a redescritção da situação psicanalítica, sendo, de outra parte, de grande utilidade no agenciamento das desconstruções operadas pelas novas leituras de Freud – ideia inspirada na noção heideggeriana de *destruição* (1989). O ser e a presença são condições de possibilidade da experiência da verdade, e *a fortiori* da realidade, em Winnicott, na medida em que implicam a destruição, a relação e o uso do objeto⁶ (do Outro), conquista maior do processo de subjetivação. O analista analisa com seu ser, dirá Winnicott, com sua presença viva, psicossomática, empática, consistente, o que aparentemente se opõe à posição lacaniana de que o analista analisa com sua falta de ser (*manque à être*). A exortação lacaniana a todo psicanalista para que coma o seu *dasein* (1956), favorecendo dessa forma a instalação do Outro (imago) na relação transferencial,

4 Cf. principalmente Balint, M. (1965, 1967).

5 Na filosofia de Dilthey (1911), as ciências da natureza.

6 Ver Winnicott, D.W. (1971) e Graña, R.B. (1998).

peca, deve-se necessariamente apontar, por uma inadvertida, embora coerente, ingenuidade “estruturalista”.

Quando Lacan recomenda ao analista fazer o morto (1958), ou silenciar em si (Nasio, 1996), obviamente não está sugerindo – conforme o leio – que este emudeça ou que se torne anempático ou impessoal (os relatos dos ex-analisandos de Lacan são suficientes para demonstrar que ele tinha uma relação bastante “emocional” com seus pacientes, às vezes passional), mas que induza em si próprio um estado de auto opacidade capaz de estabelecer as condições ótimas para o exercício da psicanálise – a exclusão do seu *dasein*, por assim dizer, que foi frequentemente confundida, no meio lacaniano, com um silenciar real, um “nada falar”. Equivoca-se, porém, Lacan, ao crer que no próprio ato de imposição de neutralidade ou de silêncio a si próprio o ser do analista não participe ativamente.

O que o si-mesmo do analista institui, a título de neutralidade – um pretensão não ser, ou uma falta de ser – é nada mais, nada menos, que uma determinação estilística emanada do mais profundo de seu ser. *Le style est l'homme même*: a máxima de Buffon encantava a Lacan e Winnicott, e o que ela afirma e sustenta é a impossibilidade de o sujeito humano postar-se no mundo sem desenhar nele o seu retrato, o que implica a inevitável imposição e atuação de um estilo – o agenciamento ímpar de seu ser-no-mundo (Sein-in-der-Welt). Melhor diria Lacan se recomendasse ao analista engolir o próprio Eu (*ich, moi, ego*) ou excluir da cena analítica a ação idiossincrática da sua “pessoa”, a atuação da soma de seus preconceitos e valores pessoais, ao que Lacan costumava referir-se simplesmente como contratransferência. Pelo direito, ou pelo avesso, como demonstrei em outra oportunidade⁷, Lacan encontra-se, grande parte das vezes, em consonância com Winnicott – basta saber lê-los considerando suas respectivas origens e influências formadoras – embora ambos possam enunciar suas ideias aparentemente de forma bastante diversa ou antagônica.

Com as noções de ser (que não exclui a *falta de ser*), transcendência do si-mesmo⁸ (que é condição da verdade), consistência (que não exclui a ex-sistência), verdade (como incessante intermitência de mostraçã o e ocultação), o que denominei de *testemunho presencial*⁹ – a convalidação do acontecimento pelo estar-aí do analista – assume a forma e a força de uma intervenção tanto ou mais poderosa que a atividade interpretativa. Lacan usou (eventualmente abusou) do poder da presença, embora encontrasse a ausência em tudo; os diversos depoimentos de seus alunos, analisandos e supervisionandos o corroboram.¹⁰ O obstinado demonizador do ima-

7 Graña, R. (2011).

8 Cf. Heidegger (1996).

9 Graña, R. (2010).

10 Cf. Didier-Weill, A. e Safouan, M. (2007).

ginário serviu-se, paradoxalmente, mais que ninguém da força impressiva, expressiva e analítica da imagem, no ensino e na atividade clínica. Nas sessões de análise, cada vez mais breves e silenciosas, o que operava terapeuticamente implicava o ser, a presença e a ação curativa da transferência suportada, ou do desejo do analista – que a sustentava. Lacan jamais conseguiria comer o seu *dasein*, como aconselhava aos analistas, tanto quanto Freud jamais praticaria a neutralidade clínica por ele recomendada.¹¹

As advertências de Balint sobre a importância do analista anobstrutivo, de Winnicott sobre o analista não intrusivo, e de Lacan sobre o analista não egoico postulam, segundo entendo, não a eliminação de seu ser ou de seu *ser-aí*, mas a substituição deste, atendendo aos requisitos concessionais, às exigências narcísicas inadvertidamente impostas pelo paciente ao analista nas etapas iniciais do tratamento (e isto pode implicar alguns meses ou anos). O analista analisa – sintetizamos – com seu ser e com sua falta de ser; não há aí contradição, embora esta posição conveniente somente seja formulável sob a feição de um aporema. São parte dessa ação de presença do analista sua vitalidade, atenção e sutileza. O ajuste do analista ao que denominei requisitos concessionais do narcisismo do paciente exclui, necessariamente, qualquer intervenção confrontativa, decifrativa ou explicativa. A confrontação é instrumento do psiquiatra ortopeduta; a decifração, prerrogativa do exegeta; a explicação, dádiva do mestre. Atento à sugestão de Winnicott (1960) de que a intervenção “alterativa” é a que se realiza no interior da órbita de onipotência do sujeito, propus que as atitudes clínicas mais convenientes ao exercício libertário da análise (desprezo aqui os arrebatos estruturalistas lacanianos que o levam – contra Sartre – a qualificar a ideia de liberdade como um simples produto do discurso delirante: obviamente, falo da liberdade humana tal como Kant fala de conhecimento humano, considerando tudo o que de uma forma ou outra os condiciona; se algo pode ser referido como liberdade, porém – e o significante não está aí por acaso –, não integra o ser do coioote ou do *mustang*) impliquem a *indicação lúdica* (destacando o sentido do *playing* no pensamento winnicottiano) e o que foi antes referido como *testemunho presencial* (a confirmação do *événement* pelo ser-estar-aí do analista).

A *hermeneia* grega enfeixa os sentidos de descrever, enunciar, esclarecer e decifrar. Que lhe atribuamos o significado unívoco, na tradução, de *interpretação* (no sentido de descodificação) conforme à *deutung* freudiana, conduz à soldagem de um significante a um significado bastante particular e embarga o efeito de *spreading* do sentido buscado por Lacan ao propor a formulação da interpretação como assinalamento, pontuação, indagação ou escansão. O ato de tornar consciente o

11 Em seu *Seminário... ou pior* (1971-1972), recentemente traduzido para o português, ele se pergunta: “Será que é o saber que cura, seja ele o do sujeito ou o suposto na transferência, ou será que é a transferência, tal como se produz numa dada análise?” (p. 188).

inconsciente, ou de tornar patente o latente, produz um inevitável efeito chocante que é compatível com a extração forçada de um saber acerca da quididade ou da intimidade resguardada do sujeito/analizando. É desta forma sábia e soberba – que hoje significamos como inabilidade ou imaturidade do analista – que por muito tempo se veiculou e exerceu um saber pretendido absoluto – mais que suposto – sobre um inconsciente também concebido de forma absoluta, não contingencial, onde se armazenariam todos os segredos de uma vida cuja chave o analista carregaria consigo, colocando-a, de tanto em tanto, ao alcance do olhar sofrante e sôfrego de seu analisando.

Quando Michel Foucault (1988) critica a psicanálise, apontando-a como mais um dos dispositivos do qual o poder se serve para controlar até seus confins a intimidade dos sujeitos, comparando a análise com a confissão católico/cristã e aduzindo que ela libera o discurso sobre a sexualidade para melhor controlar o seu exercício, quando Gilles Deleuze (1972) critica a psicanálise por seu encerramento no modelo edípico, que despreza tudo o que é da ordem da multiplicidade e da fragmentação e formata unificadamente o pensamento do psicanalista, ajustando-o ao padrão convencional que despreza a potencialidade criativa e revolucionária da dimensão psicótica da subjetividade, é a esta psicanálise, eclesasticamente regulamentada e exercida, que eles se referem.

Em sua releitura do *Homem dos lobos* e do *Pequeno Hans*, Deleuze (1993) critica a tendência de Freud a interpretar o material clínico de acordo com seus pressupostos teóricos, mesmo que uma operação de forçamento deforme o relato dos sonhos ou das circunstâncias em que o sintoma se constituiu. Segundo diz, nada justifica que o cavalo temido por Hans seja tomado unicamente como uma representação do pai, quando tantos “outros” significativos ou fatores diversos eram também partes componentes daquela complexa situação, ou que os cinco ou seis lobos do sonho de Serguei sejam reduzidos a um único lobo, logo interpretado como uma representação simbólica do pai. O questionamento de Deleuze é por sua vez passível de questionamento, sobretudo se o considerarmos à luz das redescrições da teoria e do método clínico da psicanálise operadas pelas obras de Ferenczi, Winnicott e Lacan. Sua crítica parece estar dirigida, sobretudo, a Freud; ao modelo edípico, à interpretação e à representação; seu conhecimento da obra de Lacan parece ser pequeno, embora se oponha veementemente à teoria do significante, e sua leitura de Winnicott é incipiente, embora se utilize eventualmente da ideia de objeto transicional. Talvez ele esteja, em sua crítica, mais próximo dos dois últimos do que chegou em seu tempo a poder perceber ou mesmo conhecer – mais que reconhecer.

A *indicação lúdica* é um recurso privilegiado para a intervenção não intrusiva do analista que está em total sintonia com a afirmação de Winnicott de que as interpretações efetivas, ou alterativas, são aquelas formuladas no interior da órbita de

onipotência do indivíduo (1960), e que prescindem *ipso facto* da noção de indivíduo (veja-se a inadequação do pensamento fundado na metapsicologia, ou na noção de instâncias, energias, conflitos ou mecanismos intrapsíquicos para a compreensão clínica de tais situações), ou seja, as que lhe são apresentadas como se pudessem estar sendo simultaneamente criadas pelo próprio analisando e vividas como produções subjetivas, intervenções que não sejam imediatamente identificáveis como externas ou provindas de outro lugar que não do próprio si-mesmo (*self*) narcísico e onipotente do paciente. É nesse sentido que Winnicott (1971) sustenta a posição de que ao interpretar pretende apenas deixar o paciente conhecer os limites da sua compreensão, pois acredita que é o analisando, e só ele, que possui as respostas para as questões (ou a ausência de questões) que estão na origem de seu sofrimento. A indicação lúdica (Graña, 2010), que assume principalmente a forma da interpretação na metáfora, da intervenção não diretiva ou da interpretação a partir do papel atribuído ao analista (imago), requer a prévia compreensão da noção de *playing* em Winnicott, ou da ação “produtiva” (ou facilitadora, para Winnicott) operada pelo analista visando o desvelamento acontecimental da verdade do sujeito na transferência.

O analista cuja experiência se limita ao trabalho clínico com pacientes adultos encontra alguma dificuldade para entender como isto se processa e se instrumentaliza nas sessões de análise. Antes de tudo é necessário afastar a ideia de brinqueado da sua original vinculação com a análise de crianças. Embora Winnicott se tenha inspirado, e muito, na sua experiência clínica com pacientes de pouca idade para elaborar sua teoria do *playing*, este se relaciona enquanto recurso “técnico” mais estreitamente com a necessidade de “sustentação da indistinção” no trabalho analítico com os pacientes ditos narcísicos, o que constitui a maior parte da clientela psicanalítica na contemporaneidade. Ferenczi (1931) já demonstrava estar ciente disso quando sugeria a utilização dos instrumentos comuns à análise de crianças no tratamento de adultos traumatizados.

Se, como afirma Derrida (1967a) desde a sua cátedra filosófica, a diferença é condição da vida, isto só se aplica à perspectiva ontológica de um sujeito simbolicamente constituído e reconhecido em sua condição individual. As caracteropatias narcísicas ou transtornos do *self*, exaustivamente estudados por Winnicott e Kohut, revelam ao clínico – imediata ou gradativamente – sua impossibilidade ou recusa (questão discutível, já que não lidamos com sinônimos) de reconhecimento da existência autônoma do Outro. Nas circunstâncias traumáticas que se fenomenalizam sob a forma clínica das perversões (cujo excesso se espetaculiza sexualmente) ou assumem a feição clínica das sociopatias (cujo excesso se espetaculiza destrutivamente) constata-se sempre a agressivização, mais ou menos psicótica, da insurgência vingativa atuada contra um Outro traumatogênico cuja violência imaginária (que eventualmente independe de sua ação real) colocou sob ameaça de aniquilamento

o *self* nuclear ou o sujeito originário. Tais pacientes, porém, raramente acedem ao consultório psicanalítico, sendo mais frequentemente examinados nas instituições carcerárias ou nos institutos psiquiátricos forenses. Os que nos chegam, não seriam já sujeitos perversos, como apontou Lanteri Laura (1979), ou sociopatas típicos.

Aqueles que mais comumente recebemos, porque se orientam espontaneamente ou sob recomendação não coerciva para a consulta psicanalítica, e a que costumamos referir-nos como portando patologias do *self*, ou do desejo, ou do vazio, padecem mais frequentemente de hemorragias narcisistas decorrentes de traumatismos cumulativos que produziram uma torção constitutiva (ou “desenvolvimental”), uma desfiguração das formas mais elementares, vitais e espontâneas do ser-no-mundo. Para estes refugiados na onipotência, ou dependentes de artifícios defensivos qualificados por Winnicott de maníacos (que implicam a negação da miséria psíquica), a aceitação analítica da distinção (outredade) implica uma tarefa pessoal aparentada ao impossível.

É sob tais circunstâncias ou contingências da clínica psicanalítica, exatamente, onde podemos dizer que a interpretação, concebida e formulada no estilo tradutivo, decifrativo, decodificante vive hoje o seu ocaso ou o seu declínio. Se temos, como indicador da direção do tratamento, ou como propósito maior da análise, fazer emergir a verdade do sujeito, esta se produzirá, certamente, no desvelamento de um oculto a si, não implicando, porém, algo que esperava já para ser descoberto, mas a produção pontual de um inexistente, de um inconsciente que é antes de tudo acontecimental, de um insabido (*l'insu que sait*, dirá Lacan) cujo saber de si emerge com o acontecimento – que se eleva acima da estrutura ao modo de uma erupção ou excrescência – e cujo nome é firmado pelo sujeito adventício que o próprio acontecimento produz.

Afastamo-nos, portanto, da metáfora arqueológica freudiana, a qual sugeria que os fatos, os traumas, os significados, os objetos poderiam ser retirados das profundidades a que o soterramento repressivo os remetera e ser trazidos à luz em seu estado original, evidenciando-se seu sentido à medida que o cinzel do arqueólogo removia a crosta que os recobriria. Com Deleuze (1968), chegamos a saber que por trás de todo simulacro haverá sempre outro simulacro, e por trás desse outro um outro, sem que em nenhum momento cheguemos ao que se supunha estar em algum lugar: a versão original. Apenas porque ela não existe. Constatação coincidente com a afirmação de Lacan de que não há um significado *a priori*, de que no centro de toda subjetividade há um buraco, e que o máximo que poderemos fazer ao longo de uma longa análise é caminhar por suas margens ou circular por suas bordas. É esta a constatação que faz o escândalo do hermeneuta clássico, e que aproxima o trabalho clínico do psicanalista contemporâneo de um tatear errante, que assume logo a forma de um tatear perscrutante (apoiado em assinalamentos, indagações, realçamentos, esboços, tracejos, rabiscos, clarificações, interjeições), e que eventualmente enseja

uma celebração (Ah!... ou: Sim!... ou: Aí está!). Toda a interpretação pretenciosa, do ponto de vista do abarcamento de significados, de sua revelação e compreensão, corre sempre o risco de enveredar pela sugestão; e é sobretudo em face disto que as qualidades distintivas da intervenção psicanalítica na contemporaneidade serão o minimalismo, a brevidade, a simpleza.

O que entendemos por Psicanálise Contemporânea?

Quando propus (Graña, 2011) que a psicanálise contemporânea, se é que ela existe – já que Foucault (1969) pulverizou há algumas décadas as unidades discursivas – poderia ser enunciada como uma psicanálise pós-estruturalista, sustentei que o movimento interno que possibilita avançar em meio à babelização crescente do campo psicanalítico sugeria um caminho que articulava os escritos dos últimos dez anos de Freud (tendo como sintagma *Análise terminável e interminável* [1937], cuja extemporaneidade anunciava o trabalho a ser realizado nas décadas seguintes), com os escritos da maturidade de Ferenczi (redigidos no início dos anos 1930, juntamente com o seu *Diário Clínico* [1932]) que introduziram a ideia de uma “análise da relação”, plenamente desenvolvida por Lacan (primeiro autor a utilizar o termo *intersubjetividade* em psicanálise) e por Winnicott, originando tudo o que se pode hoje entender ou designar em análise como “contemporâneo”. Tal desdobramento só pode ser considerado, a meu ver, se atentamos para a relação dos escritos psicanalíticos com a filosofia contemporânea, a literatura contemporânea ou a crítica contemporânea, o que exige do analista que pretende abordar o tema uma ampliação do círculo de seus *Interessen* na direção da prosa do mundo.

Isto instiga uma reflexão extemporânea, no sentido nietzscheano (Haverá dúvida de que a contemporaneidade do pensamento começa com Nietzsche?), ou seja, um pensamento que transite por outros tempos e lugares para poder dizer daquilo que no presente instantâneo se está vivendo¹². Dir-se-ia, então, que o contemporâneo é o extemporâneo? Confirmemos, provisoriamente, na medida em que a voz que diz da contemporaneidade apenas se poderá fazer ouvir quando fizer-se ausente da estrutura que busca capturar. Somente esta voz demarcará o *kairós* da contemporaneidade na infinitude do *aión*.

Advirta-se, portanto, a impropriedade da aplicação da teoria de Thomas Kuhn (1962), que endossa uma estrita perspectiva diacrônica – impropriedade na qual incorre Fernando Urribarri (2012) em um artigo publicado na *Revista Brasileira de Psicanálise* sobre o pensamento clínico contemporâneo – para abordar a história

12 Ver Agamben, G. (2008).

das ideias. A teoria do paradigma (na sua estrita acepção kuhniana) poderá talvez aplicar-se à história da ciência ou da filosofia da ciência, e mesmo para tal fim sua formulação e utilização são altamente discutíveis. A história do pensamento, porém, não está escandida pela emergência, vigência e obsolescência de paradigmas. Nenhum grande filósofo é superado jamais (Heidegger, 1989). Desta ingênua e ignara convicção originam-se livros cujos títulos evidenciam *da capo* a sua obtusidade filosófica, como: *Platão estava errado*, ou *O erro de Descartes*, ou sua obtusidade psicanalítica, como: *Freud, o crepúsculo de um ídolo*, ou *Lacan, do equívoco ao impasse*, para nomear somente alguns títulos mais recentes. As universidades fervilham hoje de teses sobre Platão, Aristóteles, Descartes, Hume, Kant, Hegel, Kierkegaard – para fazer referência apenas àqueles que, no juízo leigo, “já estariam superados”. E equivoca-se quem pensa que a totalidade destes novos estudos não avança além de simples revisionismos, pois o que torna mencionável parte importante deles é o fato de que estes escritos fazem trabalhar os filósofos de outro tempo fazendo-os dizerem o novo sobre o tempo que vivemos.

Deve-se, pois, considerar os riscos assumidos ao pretender falar sobre a contemporaneidade desconsiderando o pensamento filosófico designado pelos próprios filósofos como contemporâneo, o qual compreende os pensadores que no último terço do século XX retomaram a tradição nietzscheana, como Deleuze, Foucault, Derrida, Blanchot, Barthes, Badiou, Klossowski, entre outros. A filosofia tem como tarefa principal fabricar conceitos, como afirma Deleuze (1991), os quais serão eventualmente exportados para outros campos. As disciplinas afins os enviesam e os fazem falar em um território diverso do originário. Falar de um pensamento psicanalítico contemporâneo, ainda que se o refira como “clínico” (não se sabe ao certo o que esta dissociação visa legitimar), sem fazer menção a nenhum destes nomes, é no mínimo perigoso.

O autor do artigo referido (Urribarri, 2012) diz-se, de início, preocupado com a dimensão histórica (no sentido historiográfico que não interessava a Heidegger nem a Foucault), que relaciona com a historiografia das ciências, das ideias e das artes, confundindo campos que requerem perspectivas de investigação distintas por contemplarem ontologias diversas, conforme adverti anteriormente. Logo, antecipa que sua exposição estará baseada nas conclusões de um grupo de investigação da IPA, do qual fez parte. No tópico que se segue, intitulado “Como funciona a mente do psicanalista contemporâneo”, caberia, portanto, acrescentar “da IPA”, para melhor circunscrever os limites de abrangência desse estudo. Segundo nos diz, a preocupação comum deste grupo era “superar os impasses (teóricos e clínicos) ligados à crise dos modelos pós-freudianos” (p. 50). Registramos, de antemão, que a ideia de crise está cotada negativamente como algo a ser superado, à semelhança de um sintoma no curso do desenvolvimento das ideias psicanalíticas o qual precisamos debelar. A

crise produzida pelo “reducionismo dos modelos pós-freudianos” será superada – o autor nos esclarece – pelo seu reconhecimento e elaboração (como no tratamento analítico), permitindo ao psicanalista contemporâneo definir a sua identidade de “contemporâneo” (supostamente uma identidade comum).

Logo chegamos a saber que, na sanha de alcançar tal objetivo (a superação) apresentam-se “duas tendências principais: uma que tenta atualizar e renovar os modelos pós-freudianos, e outra que constrói um modelo especificamente contemporâneo” (p. 50). Partindo do pressuposto de que a especificidade marca o contemporâneo, o autor pretende, na sequência, traçar uma perspectiva histórica (na linha da diacronia sucessionista) seguindo uma indicação de André Green, “segundo a qual é possível distinguir três modelos históricos sucessivos na evolução paralela da teoria e da clínica psicanalítica: freudiano, pós-freudiano e contemporâneo, a cada um dos quais corresponde um modelo teórico-clínico específico” (p. 50). Que arriscada cronometria!

Não poderei seguir uma leitura crítica que acompanhe cada parágrafo desse artigo porque o espaço de que aqui disponho não me permite isto, embora a solene sucessão de mal-entendidos que nele constatamos talvez assim o exigisse. Vejamos, porém, bastante rapidamente, os pontos mais preocupantes, sobre os quais não poderei deixar de advertir o leitor.

Embora ciente de que a visão kuhniana do paradigma implica “a visão compartilhada por uma comunidade científica”, o autor despreza as importantes questões que envolvem o fato de a psicanálise não poder ser definida como uma “ciência” para parte significativa de sua comunidade, e que o compartilhamento do paradigma em psicanálise é uma mera ilusão de homogeneidade do campo discursivo, conveniente para quem o defende. A psicanálise espetaculariza hoje uma babelização, não uma crise que precise ser curativamente superada.

Tomando como linha mestra o exame do fenômeno transferencial-contratransferencial, o autor define o paradigma freudiano em torno das psiconeuroses de transferência, o analista como um intérprete da conflitiva edípica e a atitude analítica como neutra – por adoção da metáfora do espelho –, o que o faz tomar a ideia de espelhamento como sinônimo de frieza, distância e anonimato. Não entendendo o sentido do *faire silence en soi-même*, acusa Lacan, de ser o responsável pela instalação de uma regra de silêncio frio e impessoal na França, juntamente com Sacha Nacht (p. 52).

Na sequência, o autor ocupa-se do paradigma pós-freudiano, onde inclui Klein, Balint, Fairbairn, Lacan, Winnicott e Bion, caracterizando-o como voltado para a relação de objeto e a intersubjetividade (alheio a que na intersubjetividade se trata da relação entre dois sujeitos, e não entre sujeito e objeto, e sem relacionar esta noção com Lacan, o seu introdutor), e tomando os conceitos de contratransferência

e desejo do analista como sinônimos, evidenciando sua pouca familiaridade com a obra de Lacan. Neste modelo, que assume a prática com crianças e psicóticos como exemplo paradigmático – conforme o autor – observa-se uma perspectiva genética ou evolutiva, revaloriza-se o papel do objeto, a transferência-contratransferência materna, e dá-se destaque especial ao mecanismo de identificação projetiva (com o que, o desconhecimento da obra de Lacan é mais uma vez aparente, sobretudo quando o autor afirma que neste modelo o pré-verbal predomina sobre a linguagem e o analista passa de decifrador a médium, acessando o “além da palavra”).

O terceiro paradigma é o que corresponde à psicanálise contemporânea – instrui o autor –, o qual pretende superar a “crise da psicanálise” deflagrada pelos autores pós-freudianos. Neste modelo clínico “as patologias fronteiriças constituem os novos quadros paradigmáticos” (p. 56). O novo modelo parece, portanto, herdar um problema que absorvera o anterior (o que não justificaria a mudança de paradigma!), pois a ele já se haviam orientado os esforços de Winnicott, Balint, Fairbairn e Bion, pelo menos. Pretendendo melhor esclarecer o modelo, diz-se que neste “a teoria concebe o funcionamento mental como processo heterogêneo de representação, que conecta e simboliza as relações entre o intrapsíquico (centrado na pulsão) e o intersubjetivo (centrado no objeto)” (p. 56). Trata-se aqui de um enunciado obscuro em todos os seus termos; sem falar na recorrência à noção de representação – que é justamente o que cai em desuso no pensamento contemporâneo, como assinalam Heidegger, Deleuze e Derrida, na filosofia, e Winnicott na psicanálise – ficamos sem saber por que, por exemplo, o intrapsíquico está centrado na pulsão, e não no conflito, e o intersubjetivo está centrado no objeto, e não na relação.

Nos casos limite, diz-nos o autor, “as pulsões sexuais (com fixações pré-genitais e um funcionamento mais próximo do Id do que do Inconsciente) desempenham um papel fundamental, o que diferencia os casos *borderline* das psicoses (e o modelo contemporâneo do pós-freudiano)” (p. 57). Como se pode observar, há uma ressurreição de nomes/conceitos que aos poucos deixam de habitar os escritos psicanalíticos, devindo metáforas mortas, esvaziadas de sentido ou da capacidade de enunciação do novo (Spence, 1987), como “fixações pré-genitais”, oriundas do modelo de desenvolvimento libidinal fásico, e mesmo “Id”, que em Lacan cede lugar ao real ou ao sujeito originário, e em Winnicott é substituído pelo impulso vital ou pelo *self* nuclear.

Tentemos concluir retornando ao problema da interpretação – nosso *leitmotiv*: o autor afirma que, no modelo contemporâneo, “tecnicamente passa-se da (sistemática) interpretação *da* transferência para a interpretação *na* transferência” – o que, embora sendo um clichê, não deixa de nos animar – para complementar na sequência: “A dimensão do ‘aqui-agora-comigo’ passa a articular-se com o ‘lá-em outro momento-com outro’”(p. 60), com o que retornamos triunfalmente ao formato

da antiga e abandonada, por inoperante, “interpretação mutativa” de Strachey, com a sua pretensão abarcativa das dimensões histórico-genético-dinâmicas da doença do analisando. O que parece propor-se, finalmente, como protótipo autoral ou como modelo teórico representativo do “pensamento clínico” do analista contemporâneo, seu “paradigma”, como insiste em dizer o autor, é a metapsicologia pesada de André Green, salpicada aqui e ali de conceitos winnicottianos, lacanianos e bionianos, os quais decoram ricamente o “bolo contemporâneo” que o autor pretende nos servir.

Palavras ao sopé da letra

Para uma consideração conclusiva desta reflexão crítica *in progress*, sobre a interpretação e a contemporaneidade da análise, cabe chamar a atenção do leitor para a atual e frequente tendência a depreciar um determinado autor referindo-o como “um pensador de seu tempo”. Todo grande pensador, porém, é pensador de seu tempo e de todos os outros. Talvez possamos afirmar que, para a psicanálise contemporânea, Ferenczi – que não é sequer nomeado no artigo examinado na segunda parte deste escrito – é um autor tão importante quanto Nietzsche para a filosofia contemporânea. Sua obra é precursora da concepção intersubjetiva da análise, e está relacionada ao movimento que decreta uma mudança do centro de gravidade do pensamento psicanalítico pós-estruturalista, a qual se expressa em pelo menos três níveis diversos, sugerindo:

1. uma *desmetapsicologização*: considerando que o ser do homem, seu *self* ou *dasein*, é desde sempre “ser em relação”, extravertido, descentrado, ex-sistente (como propõe Lacan), a descrição do funcionamento “intraprésiquico” sob o qual se sustenta a realidade “interna” – importante em meados do século XX, mas ainda realçada no artigo que examinei –, a conjuração de representações, instâncias, maquinismos e energias, deixa de servir para dizer de uma facticidade onde o estar fora e o estar dentro, como ilustrou Lacan com seus objetos topológicos e apoiado na abolição da antinomia sujeito-objeto por Heidegger, perdeu utilidade para a descrição do sujeito hodierno. Além disso, como já assinalara Paul-Laurent Assoun (1981), a linguagem metapsicológica serviu, desde o início, como uma formação de compromisso com o energeticismo de Ostwald, o fisicalismo de Helmholtz e o criticismo de Kant, autoridades incontestes em suas áreas de conhecimento, no século XIX, e de cujas linguagens não convinha afastar-se ao pretender dizer qualquer coisa de valor a respeito de qualquer coisa. O analista contemporâneo, porém, transfere hoje a responsabilidade pela

- manipulação – concreta ou abstrata – de energias para os físicos, para os químicos, ou para os terapeutas alternativos, holísticos etc.
2. uma *despansexualização*: ou seja, a linguagem sexualmente alusiva deixa de servir para a descrição de situações, fenômenos ou relações que não estão atravessadas pelo sexual pulsional (que é equivocadamente assimilado por Green ao genital, como apontou criticamente Laplanche [2002]). Isto é observável desde a ridicularização, por parte de Lacan, de termos como libido, ao qual refere-se como um mito fluídico, ou instinto de morte, no qual encontra a mais ousada e temerária tentativa de enraizar no biológico a destrutividade humana, os quais cedem lugar ao desejo (inclusive o de morte) em sua obra¹³ – desejo que não é necessariamente desejo sexual –, e igualmente pelo abandono, por parte de Winnicott, das noções de libido e de instinto de morte – devido a sua inutilidade explicativa e conotação biologizante – que perdem espaço para a noção de “força vital”, mais próxima do Eros platônico, daquilo que move, aproxima, liga, expande, passando o “sexual” a ser compreendido como uma das múltiplas formas de expressão da vitalidade do ser do homem no mundo – talvez a que mais o aproxima da plenitude impossível.
 3. uma *desedipificação*: já que por conta de um ajuste da lente do psicanalista sobre o desenvolvimento emocional primitivo, ou sobre as contingências do sujeito originário, o complexo de Édipo e a angústia de castração passam a ser vistos, desenvolvimentalmente (Winnicott), como um precipitado tardio, uma reapresentação ou retranscrição de ameaças primitivas ao *self* psicossomático, ao núcleo vivo da subjetividade – onde a questão fundamental é ser/não-ser – ou, estruturalmente (Lacan), como a forma ternária assumida pelas relações humanas desde o seu início, por efeito da marca, da ação do significante, do simbólico (língua e cultura) sobre o real. Em dois escritos, sem dúvida contemporâneos, Pellegrino (1990) e Sinay (1993) criticaram o uso das expressões Complexo de Édipo e Complexo de castração para tentar descrever, ainda que metaforicamente, vicissitudes da ontogênese humana que não correspondem, intencional e estruturalmente, às motivações da tragédia sofocleana, nem assumem,

13 Também em ... *ou pior*, livro 19 dos Seminários, Lacan pergunta-se: “Por que o psicanalista imagina que o fundo daquilo a que ele se refere é constituído pelo sexo?” (p. 149), e logo procede a uma crítica do panssexualismo psicanalítico, ironizando: “Ficávamos reduzidos a pensar que o sexo estava em toda parte – vocês, a natureza, o céu, a bagunça toda, tudo isso era o sexo. E as fêmeas de urubu faziam amor com o vento” (p. 150), e finaliza: “Não é apenas por razões didáticas que eu gostaria de produzir diante de vocês o que se pode dizer para rebater essa mitologia grosseira, afora o fato de que isso talvez nos permita não só exorcizar Eros – refiro-me ao Eros da doutrina freudiana –, mas também o querido Tântatos, com o qual nos chateiam há muito tempo” (p. 151).

original e essencialmente, o sentido de uma ameaça de mutilação genital. Provavelmente o sopro do contemporâneo em psicanálise implique também uma revisão das metáforas fossilizadas, ou uma renomeação e redescrção dos fenômenos, com a introdução de signos linguísticos capazes de instigar um novo pensamento, na medida em que a cada novo significante correspondem, necessariamente, significados novos.

El declive de la interpretación y la contemporaneidad del psicoanálisis

Resumen: El autor hace una lectura crítica de la interpretación traductiva, o decifrativa, señalando su naturaleza doctrinal y alienante, y haciendo la defensa de la intervención minimalista como característica del análisis contemporáneo. Posteriormente, el autor critica la versión científico-tecnológica, que propone un nuevo paradigma para la actividad de pensamiento y la actividad clínica del analista contemporáneo, el cual incorpora la metapsicología y la hermenéutica privilegiando el formato histórico-genético-dinámico de la interpretación.

Palabras clave: interpretación; decodificación; indicación; presencia; hermenéutica; metapsicología; intersubjetividad; contemporaneidad.

The decline of interpretation and the contemporary psychoanalysis

Abstract: The author makes a critic of translational interpretation, or decipherer interpretation, pointing its doctrinal and alienating nature, and defending minimalism of intervention as characteristic of contemporary psychoanalysis. After, the author criticizes the scientific-technological version, which proposes a new paradigm for thinking and clinical activity of the contemporary analyst, which incorporates metapsychology and hermeneutics privileging the historical-genetic-dynamic interpretation shape.

Keywords: interpretation; decipherment; indication; presence; hermeneutics; metapsychology; intersubjectivity; contemporaneity.

Referências

- Agamben, G. (2008). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- Assoun, P.L. (1981). *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- Balint, M. (1965). *Primary love and psycho-analytic technique*. New York: Liveright.
- Balint, M. (1967). *The basic fault: therapeutic aspects of regression*. London: Tavistok, 1979.
- Deleuze, G. (1968). *Diferença e repetição*. São Paulo: Graal, 2006.
- Deleuze, G. (1972). *O anti-Édipo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- Deleuze, G. (1991). *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.
- Deleuze, G. (1993). *Crítica e clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- Derrida, J. (1967). *De La Grammatologie*. Paris: Minuit, 1997.
- Derrida, J. (1967a). *L'écriture et la différence*. Paris: Seuil, 1979.
- Didier-Weill, A. e Safouan, M. (2007). *Travallier avec Lacan*. Paris: Aubier.
- Dilthey, W. (1911). *Teoria de las concepciones del mundo*. Barcelona: Altaya, 1997.
- Ferenczi, S. (1931). *Análise de crianças com adultos. Obras Completas*. São Paulo: Martins Fontes.

- Ferenczi, S. (1932). *Journal Clinique*. Paris: Payot, 1985.
- Ferenczi, S. (1992). *Obras Completas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1937). *Análisis terminable e interminable*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- Graña, R. (2010). O diálogo transicional na psicanálise de crianças: indicação lúdica e testemunho presencial. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44 (2), 55-64.
- Graña, R. (2011). *Lacan com Winnicott: espelhamento e subjetivação*. Casa do Psicólogo: São Paulo.
- Graña, R. (1998). Relação, destruição e uso de objeto: *egoidade e alteridade* numa perspectiva epistêmica winnicottiana. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 32 (3), 541-558.
- Heidegger, M. (1989). *Acerca del evento: aportes a la filosofia*. Buenos Aires: Biblos, 2006.
- Heidegger, M. (1996). *Introdução à filosofia*. São Paulo: Martins fontes, 2008.
- Kuhn, T. (1962). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Lacan, J. (1956). Le seminaire sur “La lettre vole”. Écrits I. Paris: Seuil, 1999.
- Lacan, J. (1958). La direction de la cure et les principes de son pouvoir. Écrits II. Paris: Seuil, 1999.
- Lacan, J. (1971-1972). *O Seminário, livro 19: ... ou pior*. São Paulo: Jorge Zahar, 2012.
- Laplanche (2002). A pré genitalidade freudiana: no esquecimento. *Revista do CEPdePA*, 11 (9), 153-164.
- Lanteri-Laura, G. (1979). *Leitura das perversões*. São Paulo: Jorge Zahar, 1994.
- Nasio, J.D. (1996). *Como trabaja um psicoanalista*. Buenos Aires: Paidós.
- Pellegrino, H. (1990). Édipo e a paixão. In Aduato Novaes (Org.), *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sinay, C.M. (1993). La metapsicologia como trampa procustiana. In C.M. Sinay, *El psicoanálisis, esa conjetura*. Buenos Aires: Paidós.
- Spence, D. (1987). *A metáfora freudiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- Urribarri, F. (2012). O pensamento clínico contemporâneo: uma visão histórica das mudanças no trabalho do analista. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46 (3), 47-64.
- Winnicott, D.W. (1960). The theory of the parent-infant relationship. *The maturational Processes and the Facilitating Environment*. Madisson: IUP, 1996.
- Winnicott, D.W. (1971). The use of an object and relating through identifications. In D.W. Winnicott, *Playing and Reality*. London and New York: Routledge, 1989.

Roberto Barberena Graña
 Rua Prof. Annes Dias, 154/1201 – Centro
 90020-090 Porto Alegre, RS
 rbgranha@gmail.com